



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LUCIANA NUNES DA SILVA

**A LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL, SEU EFEITO E
SUA CONTRIBUIÇÃO: Um Estudo sobre as despesas
com pessoal da gestão pública do município de
Anápolis-GO.**

Anápolis– GO

2018.



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

**A LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL, SEU EFEITO E
SUA CONTRIBUIÇÃO: Um Estudo sobre as despesas
com pessoal da gestão pública do município de
Anápolis-GO.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial
à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): MSc., Dr. Olinda Maria Gomes Lesses

Anápolis– GO

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NL9371	<p>NUNES DA SILVA, LUCIANA</p> <p>A Lei da Responsabilidade Fiscal, seu efeito e sua contribuição:Um estudo sobre as despesas com pessoal da gestão pública do município de Anápolis-Go. / LUCIANA NUNES DA SILVA; orientador Olinda Maria Gomes Lesses. -- Brasília, 2019.</p> <p>41 p.</p> <p>Monografia (Especialização - Universidade de Brasília Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas Departamento de Administração Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão Pública Municipal) -- Universidade de Brasília, 2019.</p> <p>1. O efeito da Lei da Responsabilidade Fiscal no Município. 2. A Lei da Responsabilidade Fiscal , na Gestão Fiscal. 3. Os Limites Impostos pela LRF a Gestão Pública. 4. Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilidade. 5. Considerações sobre o Limite de Gastos com Pessoal. I. Maria Gomes Lesses, Olinda , orient. II. Título.</p>
--------	--



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

A LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL, SEU EFEITO E SUA CONTRIBUIÇÃO: Um Estudo sobre as despesas com pessoal da gestão pública do município de Anápolis-GO.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Luciana Nunes da Silva

Professora, Olinda Maria Gomes Lesses

Professor-Orientador

Valdemir Regis Ferreira de
Oliveira

Professor-Examinador

Valdemir Regis Ferreira de
Oliveira

Professor-Examinador

Brasília, 27 de Abril de 2019.

(colocar a data da entrega ou defesa)

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu esposo e filhos pela paciência e dedicação que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.”

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado minha meta. À Universidade quero deixar uma palavra de gratidão por ter me recebido de braços abertos e com todas as condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos. A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível (Charles Chaplin).

RESUMO

Essa monografia tem como objetivo estudar o efeito e contribuição da LRF, no gerenciamento financeiro discricionário das despesas públicas com pessoal no Município de Anápolis –Go, que veio regulamentar e estabelecer normas voltadas ao equilíbrio fiscal, planejamento e controle das finanças e políticas públicas, desta forma pretende-se nesse trabalho transmitir de forma clara o efeito e sua contribuição a observância ao limite de gastos com pessoal no setor público no município de Anápolis-GO, a análise será feita entre janeiro a dezembro 2018, ou seja, nos últimos 12 meses. A LRF surge com o intuito de limitar o endividamento dos entes federados, na medida em que define os princípios básicos para planejamento, acompanhamento e controle das contas públicas, além de atribuir responsabilidades gestores de recursos públicos. Dessa maneira o valor a ser considerado para o cálculo do índice com despesas de pessoal é de R\$ 485.945.330,96. O cálculo do índice é realizado sobre o valor da Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses, que no caso é de R\$ 953.230.351,46. Sendo assim, $(\text{Despesas com Pessoal} / \text{RCL} * 100)$, as despesas com pessoal no Município de Anápolis-Go no exercício de 2018, obteve-se um índice de 50,98%, o que significa estar em conformidade com a Lei, na qual determina que o máximo que o Município pode gastar em despesas com pessoal é de 54%.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Administração Pública. Transparência. Planejamento Fiscal. Responsabilidade do Gestor Público.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Contextualização do Assunto.....	12
1.2 Formulação do problema	12
1.3 Objetivo Geral	13
1.4 Objetivos Específicos	13
1.5 Justificativa.....	14
1.6 Estrutura e Organização da Monografia	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A Lei da Responsabilidade Fiscal.....	16
2.1.1 A LRF na Gestão Fiscal.....	16
2.1.2 Os Impactos da LRF.....	17
2.1.3 Benefícios da Lei de Responsabilidade na Gestão Pública.....	18
2.1.4 A Gestão Pública e os Instrumentos de Gestão Normatizados pela LRF.....	19
2.1.5 Os Limites Impostos pela LRF a Gestão Pública	20
2.2 Conceitos de Contabilidade Pública e Administração Pública.....	20
2.2.1 Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilidade.....	22
2.2.2 Receita Corrente Líquida (RCL).....	24
2.2.3 Despesas Públicas	26
2.2.4 Despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de mandato.....	28
2.2.5 Avaliação do Percentual de Despesa com Pessoal.....	30
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	31
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa	32
3.2 Caracterização da organização, setor ou área	32
3.3 População e amostra.....	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho estudar o efeito LRF, no gerenciamento financeiro discricionário das despesas públicas com pessoal do município de Anápolis-GO, identificar se o percentual do limite estabelecido pela LRF está em conformidade com a Lei, que veio regulamentar e estabelecer normas voltadas ao equilíbrio fiscal, planejamento e controle das finanças e políticas públicas, nesse contexto, um assunto bastante complexo. Dessa forma, pretende-se transmitir de forma sucinta uma ideia geral sobre a LRF, sendo fundamentado pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio, que entrou em vigor em 2000, ao passo que define os princípios básicos de responsabilidade a forma das políticas públicas no Estado. Diante disso, o estudo proposto nesta monografia por meio de uma pesquisa bibliográfica, baseada em autores e legislações que fazem menção sobre questões relevantes sobre temas que envolvem a transparência na administração pública. Através da LRF, a implementação das políticas públicas precisa ser eficiente, ou seja, pautada pela objetividade e a imparcialidade. Dessa forma, optei pelo tema, A Lei de Responsabilidade Fiscal, seu efeito e sua contribuição: Um Estudo sobre as despesas com pessoal da gestão pública do município de Anápolis-GO, por se tratar de uma lei que estabelece regras que minimizam os diversos mecanismos de desvios, através de trajetórias, prazos, formas de adequação e, por último, sanções institucionais, em caso de descumprimento da lei.

Este trabalho foi dividido em três tópicos. No primeiro tópico apresentaremos um breve relato sobre o que é a Lei de Responsabilidade fiscal, como ela funciona e como se dividi, desenha um sistema integrado aos três níveis de governo, individualizando responsabilidades de cada poder e de seus titulares, ou substitutos no exercício da administração dos vários organismos auxiliares, tanto da administração pública direta como indireta. O desenho inclui mecanismos implícitos de disciplina e implementação das medidas de Transparência da Gestão Fiscal e de atendimento aos dispositivos de responsabilidade e integração. Toda a integração é desenhada como forma de alavancagem para um sistema responsável de gestão fiscal e administrativa.

No segundo tópico faremos a definição sobre o que é política pública, entendemos melhor que uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

No terceiro, contudo, ao aprofundar um pouco mais iremos trazer à tona concepções que perpassam as sanções a que estão sujeitos os responsáveis pela gestão financeira, ter uma avaliação da situação atual dos gastos com pessoal da gestão pública do município de Anápolis-GO, os percentuais gastos no que diz respeito ao cumprimento dos dispositivos da LRF.

Um aspecto fundamental da LRF é o tratamento da despesa com pessoal. De acordo com o artigo 169 da Constituição Federal de 5 de outubro 1988, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar (BRASIL, 1988). Visando regular o disposto neste artigo, a LRF definiu limites com despesa de pessoal para cada ente da federação em cada período de apuração. Essa limitação busca diminuir os gastos com pessoal e equilibrar as contas públicas. despertado diversas pesquisas em vários aspectos a Lei de Responsabilidade Fiscal não obstante tratar-se de uma lei relativamente nova, sendo que sua aprovação aconteceu em 2000, que a torna alvo de muitos estudos para uma melhor compreensão de sua aplicação. Além disso, o equilíbrio na gestão fiscal é algo fundamental para que um país alcance um crescimento econômico sustentável. natural, portanto, que a referida Lei desperte interesse de estudos. Com base nestas considerações, o presente trabalho analisa a Lei Complementar 101/2000, também denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trata das contas públicas, focando na cidade de Anápolis Go, indicando as sentenças e a situação do município, tendo como base a análise dos documentos. Os temas ligados à transparência na gestão dos administradores públicos passaram a despertar interesse a partir do momento em que a sociedade começou a cobrar uma administração pública eficiente que administrasse os recursos a ela confiados de forma justa e honesta. A busca por

informações úteis ao processo decisório ganhou visibilidade perante a sociedade, que tem buscado a transparência na gestão fiscal, o que reforça a responsabilidade dos entes governamentais em produzir informações compreensíveis a todos os cidadãos. A escolha do tema foi motivada por entender que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF trouxe elementos inovadores e relevantes à contabilidade governamental principalmente quanto aos aspectos da transparência e controle das contas do setor público.

1.1 Contextualização

Partindo dessa contextualização, surge a seguinte questão de pesquisa: a LRF contribuiu para que o controle interno adotado no município de Anápolis-Go fosse estruturado a fim de permitir maior transparência das informações e confiabilidade sobre as despesas públicas do município? Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em avaliar a estruturação de tais procedimentos nas áreas de orçamento e contabilidade, a finalidade de identificar as principais mudanças ocorridas na gestão municipal com o advento da LRF.

Pretende-se com este estudo informar se o gestor público está atendendo ao que preconiza a lei, zelando no cumprimento das metas fixadas e atendendo às necessidades gerenciais.

1.2 Formulação do problema

Considerando-se a autonomia, competências e restrições legais implicadas aos municípios, torna-se imprescindível o gerenciamento financeiro discricionário dos administradores públicos municipais. Além disso, pressupõe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal provocou mudanças na composição desse montante financeiro passível de gerenciamento discricionário, ao estabelecer normas de conduta para as finanças públicas, com vistas à responsabilidade fiscal dos entes da federação (GERIGK; CLEMENTE, 2011). refletir sobre as despesas com pessoal nos últimos 12 meses no município de Anápolis-Go os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal para gestão pública, cujo objetivo geral é demonstrar as mudanças e contribuições trazidas pela lei no aspecto econômico, moral e jurídico, e qual o efeito da LRF, no gerenciamento financeiro discriminatório das despesas públicas com pessoal do município de Anápolis-Go.

A partir dessa reflexão surgem como objetivos específicos, análise das inovações acarretadas pela LRF no que tange a gestão fiscal responsável; a definição do papel do gestor público sob o enfoque da Lei Complementar nº101/2000; a relação

dos princípios constitucionais e administrativos adotados pela lei da gestão responsável.

A LRF tem como seus princípios basilares a ação planejada e transparente, realizada através das leis de direção orçamentária do ente, pela publicidade que se dá ao ato praticado, a prevenção de riscos e o equilíbrio das contas públicas. A Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), mudou a forma de controlar os gastos do governo, isso é inquestionável, sendo considerado atualmente um dos principais mecanismos de controle de gastos públicos. **Qual o efeito e contribuição da LRF no gerenciamento financeiro discricionário das despesas públicas com pessoal do município de Anápolis –Go?**

1.3 Objetivo Geral

Esta pesquisa teve o objetivo geral:

Estudar o efeito LRF, no gerenciamento financeiro discricionário das despesas públicas com pessoal do município de Anápolis-GO, identificar se o percentual do limite estabelecido pela LRF está em conformidade com a Lei.

1.4 Objetivos Específicos

A fim de alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- a) Descrever as possíveis alterações ocasionadas no gerenciamento financeiro discricionário dos municípios diante da vigência da LRF;
- b) Analisar o comportamento do gerenciamento financeiro discricionário do município, mediante a sua relação com indicadores financeiros, diante da vigência da LRF.

1.5 Justificativa

O propósito desta monografia foi examinar a dimensão das modificações trazidas pela lei, às melhorias no que diz respeito à possibilidade de acompanhamento das finanças por toda a sociedade em função do princípio basilar da publicidade, de planejamento, através das metas a serem cumpridas, de fiscalização pelos legitimados competentes para exercê-lo e especialmente a possibilidade da efetiva responsabilização aos maus gestores de verbas públicas. O principal objetivo da Lei de Responsabilidade fiscal é a gestão fiscal responsável, que tem como atributos o planejamento, a transparência e o controle de verbas públicas.

A lei trouxe mecanismos que buscam coibir o desequilíbrio das contas públicas, a despesa com pessoal, operações de crédito irresponsáveis e o desdém que alguns administradores tinham com o patrimônio público, visto que todos esses atos passaram a ser melhor fiscalizados e passíveis de aplicação das sanções legais.

1.6 Estrutura e Organização da Monografia

O presente trabalho conta com três partes principais, seguindo uma sequência que vai da exploração teórica do assunto, até a sua explicação e avaliação. A fase inicial, contida no Capítulo 1, vamos explorar mais sobre o tema proposto, formada pela apresentação da proposta de trabalho, com a contextualização do tema, seguida das motivações e objetivos pretendidos, apresentação do escopo, metodologia e estrutura.

Posteriormente, no Capítulo 2, é realizada uma revisão bibliográfica pertinente ao assunto, com um estudo sobre os conceitos e ferramentas que envolvem o tema, bem como sua metodologia de implantação. Esta última aborda o estado da arte sobre o tema a ser desenvolvido, apresentando todo o referencial teórico estudado para o sucesso no desenvolvimento do trabalho e o entendimento por parte dos leitores. A terceira etapa, Capítulo 3, traz uma explicação a respeito das despesas públicas analisadas. como funciona a máquina pública, o que antecede nos 180 dias

anteriores ao final do mandato e como funciona a avaliação do percentual de despesas com pessoal. Para isso são levantados e analisados os dados, ferramentas encontradas para a situação diagnosticada. São também apresentados os principais resultados obtidos com o desenvolvimento da metodologia para organização. A parte final do trabalho, Capítulo 4, demonstra as conclusões relacionadas aos objetivos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para as responsabilidades na gestão fiscal e das outras providências. Criada para regulamentar os artigos 163 a 169 do capítulo II e título IV das finanças públicas da Constituição Federal da República de 1988, tem como objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade da gestão fiscal. A lei busca compromisso do gestor público com uma política fiscal responsável, a atribuição ao gestor foi consolidada a partir da publicação da Lei 10.028 de outubro de 2000. Os poderes sujeitos a LRF, Executivo, Legislativo, Judiciário e os Tribunais de contas, bem como ministérios públicos e os demais órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas. Os limites estabelecidos para as diversas áreas fiscais é uma das grandes inovações trazidas pela lei, em termos de controle das finanças públicas.

Para FURTADO (2002), tornou-se preciso saber planejar o que deverá ser executado, pois, além da execução, devem-se controlar os custos envolvidos, cumprindo o programado dentro do custo previsto.

2.1.1 A Lei da Responsabilidade Fiscal na gestão fiscal

A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão fazer previsões de médio prazo que vão de 3 (três) a 4 (quatro) anos para todas as suas receitas e despesas, e acompanha-las, mensalmente bem como dispor de um bom sistema de controle de suas finanças, principalmente da dívida. Gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência aos limites.

Com a publicação da lei complementar nº131, de 27 de maio de 2009, esta lei altera alguns dispositivos da lei de responsabilidade fiscal, acrescentando a ela os

artigos 48-A, 73-B e 73-C. Estes artigos dizem respeito a maior transparência das contas públicas, despesas e receitas, assegurando um acesso ainda maior dos cidadãos sobre a execução orçamentaria, e vem incentivar a participação popular. Foram atribuídos para o cumprimento desta lei, sendo para: A união Estados, Distrito Federal e Municípios com mais de 100,000 (cem mil) habitantes, 1 (um) ano, Os Municípios que tenham entre 50,000 (cinquenta mil) e 100,000 (cem mil) habitantes, 2 (dois anos) municípios que tenham mais de 100,00 (cem mil) 4 (quatro) anos. Essas contas devem estar disponíveis na internet dentro dos prazos estabelecidos, caso contrário ficarão impedidos de receber transferências voluntárias, que é definida como sendo a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação.

A referida Lei Complementar ainda vem assegurar que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao referido tribunal de contas a ao órgão competente do ministério público o descumprimento das prescrições estabelecidas na LRF.

2.1.2 Os Impactos da LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal na sua eficiência e na sua eficácia, que veio suprir uma lacuna da Lei 4.320/64 pois além de estabelecer normas orientadoras das finanças públicas, institui também, severas punições para os governantes que não souberem administrar os recursos públicos durante o seu mandato, deixando dívida para seus sucessores e assumindo compromissos que sabem, de antemão, não poder honrar.

A Constituição Federal deu a Lei nº 4.320/64 o status de Lei Complementar, mas existindo algum dispositivo conflitante entre as duas normas jurídicas, prevalece a vontade da lei mais recente. As informações contábeis passaram a interessar tanto a administração pública quanto aos seus gestores, a lei atribui a contabilidade pública novas funções no controle orçamentário e financeiro garantindo um caráter mais gerencial. A sociedade passa a ser participante do processo de acompanhamento e fiscalização das contas públicas para as tomadas de decisões, mediante os instrumentos que a lei incorpora para esta finalidade, com a aplicabilidade da LRF e o seu impacto na gestão pública.

Segundo RESTON (2000), a Lei da Responsabilidade Fiscal provocou uma mudança substancial na maneira como é conduzida a gestão financeira dos três níveis de governo.

A lei inova a contabilidade pública à medida que introduz diversos limites de gastos, seja para as despesas do exercício, seja para o grau de endividamento.

2.1.3 Benefícios da Lei de Responsabilidade na Gestão Publica

Foi aprovado em maio de 2000 a LRF, essa Lei dá um passo decisivo na institucionalização do sistema de finanças públicas do Brasil.

MEIRELLES, 2008 diz que:

Administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos de Direito e da Moral, visando ao bem comum.

Em sentido formal a administração é um conjunto de órgãos constituídos para consecução dos objetivos do governo. A administração não pratica atos de governo; prática, tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes, são os chamados atos administrativos (MEIRELLES, 2008). Para tanto a administração é senão um meio de atingir o bem-estar social. A LRF trouxe a obrigatoriedade do exercício da transparência nas ações referentes à gestão pública, dessa maneira o controle das receitas e das despesas precisa ser acompanhado pela sociedade, de forma que as informações sejam disponibilizadas por meio de publicação oficial.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um mecanismo forte e eficaz, para introduzir na prática das finanças públicas um comportamento mais dinâmico de acordo com os interesses da população, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é fazer com que a administração pública busque a excelência na gerência dos recursos quando a lei é desrespeitada, o gestor pode sofrer penalidades, como ser enquadrado por crime de responsabilidade, que pode levar à cassação do mandato ou, ainda, ser condenado por improbidade administrativa. Com a LRF, surgiram novos conceitos na

administração pública, especialmente no que diz respeito à probidade/eficiência. Assim, ficou determinado que a ação pública precisa se basear em princípios de moralidade no combate à corrupção e na busca por resultados concretos.

Lima diz “O fim, e não a vontade do administrador domina todas as formas da administração. Supõe, destarte, a atividade administrativa a preexistência de uma regra jurídica, reconhecendo-lhe uma finalidade própria. Jaz, conseqüentemente, a administração pública debaixo da legislação, que deve enunciar e determinar a regra de Direito” (LIMA 2007, p. 39-40).

2.1.4 A Gestão Pública e os Instrumentos de Gestão Normatizados pela LRF

A LRF determina normas de finanças públicas que apontam para a responsabilidade na Gestão fiscal com amparo no Capítulo II, do Título VI, da Constituição Federal (art. 1º da LRF), conforme os autores Figueiredo e Nóbrega (2002).

Segundo Leite (2005, p. 104) após a promulgação da LRF, que estava prevista para janeiro de 2000, pela equipe de planejamento, os prefeitos eram contra a entrada em vigor imediata da lei, o intuito do governo, no entanto, era que a lei atingisse justamente o último ano de mandato dos prefeitos em exercício na época. Os prefeitos por sua vez, não satisfeitos, reivindicaram junto a Associação Brasileira de Secretários e Dirigentes das Finanças dos Municípios (ABRASF) para que a lei entrasse em vigor um ano após a sua promulgação.

Assim sendo tais inovações geraram o receio de muitos prefeitos em assumir mais responsabilidades na gestão fiscal pois se algum problema, político ou econômico, afetasse o volume ou o prazo das transferências de recursos para o município, eles correriam o risco de pagar pelo não cumprimento da LRF, sem ter controle sobre o maior montante da receita. (LEITE, 2005). Neste contexto afirma-se que uma das maiores mudanças trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi ter feito do processo orçamentário um efetivo mecanismo de planejamento da gestão pública.

2.1.5 Os Limites Impostos pela LRF a Gestão Pública

Na Lei são definidos os limites de gastos com pessoal, com percentual das receitas, dentre outros, para os três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim que o administrador público verificar que ultrapassou os limites para despesa de pessoal, deverá tomar providências para se enquadrar, no prazo estabelecido pela Lei a União, os limites máximos relativos a gastos com pessoal (50% da Receita Corrente Líquida). Caso continue a existir excessos, o gestor sofrerá penalidades. Os excessos cometidos em todos os limites fixados em lei têm prazo e forma para correção.

A LRF permite aos municípios gastar no máximo 60% (sessenta por cento) de sua receita corrente líquida com o pagamento de servidores ativos e inativos. Há ainda sublimites - de 54% para o Poder Executivo Municipal e de 6% para as Câmaras de Vereadores. (BRASIL, 2000).

A medida em que os administradores de recursos públicos respeitem a LRF, agindo com responsabilidade, o contribuinte deixa de pagar a conta, seja por meio do aumento de impostos, redução nos investimentos ou cortes nos programas que atendam à sociedade.

2.2 Conceitos de Contabilidade Pública e Administração Pública

Faz-se fundamental a importância, uma explanação sobre a Contabilidade Pública, antes da demonstração e aplicabilidade dos relatórios e demonstração da Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF, o departamento de contabilidade e o órgão responsável pela alimentação de dados que serão gerados nos relatórios e demonstrativos, os quais são objetos de estudo desta pesquisa. Conforme Angélico (2006) a Contabilidade Pública aplica na Administração Pública, as técnicas de registros e apurações contábeis. É restrita a seus três níveis de governo: Federal,

Estadual e Municipal e suas autarquias. A Contabilidade na Administração Pública abrange quase todas as áreas envolvidas na previsão e execução orçamentárias, nos registros contábeis, na elaboração dos relatórios financeiros, econômicos e patrimoniais e no controle interno.

Segundo Marques (2008) administração Pública é o instrumento de ação do Estado, com o propósito de possibilitar o cumprimento de suas funções básicas, sobretudo as relativas à realização dos serviços indispensáveis à satisfação das necessidades coletivas. Entendi-se também como um conjunto de processos por meio dos quais os recursos públicos são utilizados para a implementação de políticas públicas e a realização de obras e serviços que atendam a necessidade de todos, visando o bem comum.

Conforme Meirelles (2004) os princípios básicos da administração pública, estão fundamentados na legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. Esses princípios são padrões que devem ser observados por todos que exercem a função pública, os administradores públicos, além de se pautarem nesses princípios, são investidos de certos encargos concernentes às suas atribuições, os quais se traduzem em poderes e deveres:

- Poder – dever de agir; o poder tem para o agente público o significado de dever para com a comunidade, a autoridade pública não pode abrir mão de seus poderes administrativos e deixar de praticar atos de seu dever funcional;

- Dever de eficiência; corresponde ao dever da boa administração, submetendo toda a atividade do executivo ao controle de resultados;

- Dever de probidade; é o elemento necessário à legalidade dos atos do administrador público, a improbidade deve ser punida com sanções políticas, administrativas e penais nos termos da Lei;

- Dever de prestar contas; é decorrente da administração como encargo de gestão de bens e interesses alheios, o fato de os bens serem de natureza coletiva impõe ao administrador a obrigação de prestar contas não somente dos recursos financeiros administrados, como de todos os atos de governo e de administração.

“A Contabilidade Pública, aplicando normas de escrituração contábil, registra a previsão das receitas, a fixação das despesas e as alterações introduzidas no orçamento. Examina as operações de créditos, exerce controle interno, acompanhando passo a passo a execução orçamentária (...)” (ANGÉLICO, 2006, p. 107). Para o mesmo autor supramencionado, a Contabilidade Pública também aponta em seus relatórios a situação financeira do tesouro, compara as previsões orçamentárias e suas diferenças. Os relatórios contábeis aos serem analisados tem o propósito de estabelecer as relações entre resultados obtidos e os esperados. De acordo com Reis (2000) a legislação em vigor afirma que a Contabilidade deve ser organizada a fim de permitir a evidenciação perante a Fazenda Pública a situação de todos quanto, de qualquer modo, arrecada receitas, efetivem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Além disso, deve também permitir a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens e dinheiro públicos acompanhamento da execução orçamentária; o conhecimento da composição patrimonial; a determinação dos custos dos serviços industriais. Ainda conforme o autor anteriormente mencionado a contabilidade deve também fornecer o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros; o controle dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a Administração Pública for parte. Conforme Cochrane, Moreira e Pinho (2003) por meio da Lei 4.320/64, a Contabilidade Pública está interessada não apenas em registrar os fatos contábeis, mas registrar, também, os atos contábeis praticados pelo administrador que poderão alterar qualitativa e quantitativamente o patrimônio. O objetivo da contabilidade aplicada à Administração Pública é o de fornecer à administração, informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares, informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições.

2.2.1 Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilidade.

Para que a LRF consiga sustentar suas normas, ela apoia-se em quatro pilares: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade.

Para que as despesas públicas estejam de acordo com o que foi previsto, é essencial fazer um bom planejamento dos gastos com pessoal, uma vez que esse gasto é o item que possui maior peso para a despesa pública. De acordo com o artigo 18 da LRF, despesa total com pessoal pode ser definida da seguinte forma: O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Para Cruz (2006) ao incluir na Lei, dispositivo que trate da transparência da gestão fiscal, o legislador demonstra que este assunto guarda relação com questões a respeito de finanças públicas. As normas constantes nesse artigo atingem a todos os entes da Federação e demais entidades que compõem a administração pública. A transparência na gestão fiscal tem por finalidade, entre outros aspectos, fornecer ao público em geral, o acesso as informações relativas às atividades financeiras da gestão pública e estabelecer de forma clara quais são os procedimentos necessários para divulgação dessas informações.

Conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art.48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (LEI COMPLEMENTAR 101, 2000, p. 22).

O controle foi aprimorado pela maior transparência e qualidade das informações, exigindo uma ação fiscalizadora mais efetiva e contínua dos Tribunais de Contas, das Câmaras Municipais e principalmente da população. A Lei também preconiza o aperfeiçoamento do controle interno nas instituições do governo. Deve-se ressaltar com muita importância o artigo 67 da LRF que cria um mecanismo de controle na forma de um Conselho de gestão fiscal, cuja competência é harmonizar e coordenar os entes da Federação, disseminar boas práticas fiscais, adotar normas de consolidação das contas públicas e divulgar estudos e análises.

Responsabilização: Deverá ocorrer sempre que houver o descumprimento das regras, com a suspensão das transferências voluntárias, das garantias e da contratação de operações de crédito, inclusive ARO. Os responsáveis sofrerão penas previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal); na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e pela Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000 (Lei de Crimes Fiscais), que aplica penalidades administrativas e penais. As sanções pessoais previstas pela Lei de Crimes recairão diretamente sobre os agentes públicos, importando em cassação de mandato, multa de 30% dos vencimentos anuais, inabilitação para o exercício da função pública e detenção, que poderá variar entre seis meses a quatro anos. Será considerado crime de responsabilidade contra a lei orçamentária se o administrador público deixar de propor a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou elaborá-la sem atender aos requisitos legais e deixar de expedir ato determinando o corte automático de despesa nos casos e nas condições estabelecidas em lei.

2.2.2 Receita Corrente Líquida (RCL)

Receita Corrente Líquida: É a Receita Corrente menos a contribuição dos servidores para a previdência e assistência social e menos as receitas da compensação financeira da contagem recíproca do tempo de contribuição para a aposentadoria na administração pública e na atividade privada. Estão compreendidas as transferências constitucionais, inclusive a da Lei Kandir e o do Fundeb. Quanto mais crescer a RCL, mais se expandirão os limites das despesas que estão a ela referenciadas. Conforme Nascimento e Debus (2002) antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, a RCL foi utilizada principalmente como parâmetro na verificação das despesas com pessoal, de acordo com o texto da Lei Complementar nº 82/95 e ainda nos termos da Lei Complementar nº. 96/99 (Lei Camata I e II, respectivamente).

- LIMITE MÁXIMO A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da

Receita Corrente Líquida – RCL previstos na LRF, conforme os limites máximos abaixo:

Ente	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	TOTAL
União	40,9	2,5	6,0	0,6	5,0
Estado/ DF	49,0	3,0	6,0	2,0	6,0
Municípios	54,0	6,0	-	-	6,0

- LIMITE PRUDENCIAL Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal (limite prudencial), que equivale a 95% do limite máximo legal do Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF. Caso o ente ultrapasse o limite prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.
- LIMITE DE ALERTA O limite de alerta equivale a 90% do limite máximo legal do Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF.

Quando o Tribunal de Contas competente constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

- RESTRIÇÕES INSTITUCIONAIS Nos tópicos abaixo, é possível verificar restrições a que o ente está sujeito no caso de ultrapassar o limite máximo e o limite prudencial.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. No caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela LRF, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- a) receber transferências voluntárias;
- b) obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- c) contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Restrições no caso de o ente ultrapassar o limite prudencial (95% do limite máximo) Se a despesa total com pessoal exceder a esse limite, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

- a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- b) criação de cargo, emprego ou função;
- c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) contratação de hora extra.

Atos considerados nulos o artigo 21 da LRF define as regras a serem observadas para os atos que provoquem aumento da despesa com pessoal, sob pena de nulidade do ato em questão. Devem, portanto, serem cumpridas as seguintes regras:

- a) geração de despesa previstas nos artigos 16 e 17 da LRF;
- b) vedação à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- c) prévia dotação orçamentária e autorização específica na LDO para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

2.2.3 Despesas Públicas

Segundo Kohama (2003, p. 109):

Constituem despesas públicas os gastos fixados em lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos

patrimoniais; à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações etc.

Diferentemente das empresas privadas, que constituem despesas para a obtenção de lucro, o Estado constitui despesas para custear os serviços públicos e para investir no desenvolvimento econômico e social. Assim, despesa pública é todo dispêndio autorizado pelo poder competente para fazer frente aos compromissos que ora foram previstos nos instrumentos de planejamento (LDO, PPA, LOA).

Despesa, na entidade pública, é todo dispêndio que o Estado efetua para atender aos interesses coletivos, de forma efetiva e eficiente. As despesas fixadas pelo Estado são aprovadas previamente por instrumentos legais autorizativos. De acordo com os ensinamentos de Silva (2003, p. 125), a despesa pode ser definida sob dois aspectos fundamentais:

Sob o aspecto geral, designa o conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse da população. Constitui o programa anual de governo; sob o aspecto específico, a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de uma autorização legislativa, para execução de fim a cargo do governo.

Para que o Governo possa desempenhar sua função, que é ofertar bens e serviços a sociedade, este realiza despesas, que por sua vez podem ser aplicadas na realização de investimentos (despesas de capital), ou no custeio de serviços públicos (despesas correntes). Tais gastos devem obedecer alguns requisitos para que sejam efetuados, dentre eles podemos citar: conformidade com o que a lei autorizativa, deve-se respeitar a hierarquia dos gastos, ou seja, devem ser atendidas as necessidades prioritárias, e as despesas devem estar de acordo com o conhecimento público, o qual é representado pelo legislativo. A despesa pública classifica-se em despesa orçamentária, formada pelo conjunto de gastos que o governo efetua para cumprir o que foi pré-estabelecido no orçamento; e despesa extra orçamentária, são despesas transitórias que não constam na lei do orçamento. Conforme a Lei n.º 4.320/64, as despesas públicas, segundo a sua categoria econômica, são classificadas em correntes e de capital.

Despesas correntes são despesas necessárias para o funcionamento e a manutenção da máquina pública; e despesas de capital representam os gastos públicos, que tenham por objetivo criar e adquirir novos bens de capital.

A Lei n.º 4320/64 determina três estágios para a despesa, quais sejam: empenho, liquidação e pagamento. Conforme Cruz (1988, p. 72), além dos estágios obrigatórios, do ponto de vista administrativo, outros estágios são praticados, isto é: Programação compatibilização da previsão de gastos com ingresso de receitas e sistematização de normas organizacionais e preferenciais entre os diversos tipos de gastos.

Licitação – consulta obrigatória e prévia aos candidatos para fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços, cujo valor seja considerado expressivo.

Empenho – ato emanado do ordenador de despesa que cria para o estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Liquidação – verificação do direito do fornecedor ou prestador de serviço, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Suprimento – adiantamento de recursos para que os servidores, em casos excepcionais (previsto em lei), paguem despesas sem o processamento administrativo habitual.

Pagamento – após ato exarado pela autoridade competente, a tesouraria, o estabelecimento bancário ou o servidor público pagam ao credor o valor legal da despesa.

Tomada de contas – os responsáveis por adiantamento e ordenadores de despesa são obrigados a prestar conta de todos os gastos realizados em nome do estado. Retroalimentação anualmente, de forma permanente, os gastos públicos devem ser avaliados: alguns reprogramados ou complementados em exercícios futuro; outros de natureza permanente reavaliados e incluídos na nova programação. Os estágios de despesas apresentados, além do que se é exigido legalmente, são essenciais para o planejamento e execução das metas governamentais. Como estágio inicial na execução das despesas, é preciso que o administrador público vislumbre o equilíbrio entre o que se espera ter de ingressos financeiros, através das receitas.

2.2.4 Despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de mandato

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF exige o cumprimento de regras que preparam os municípios para uma nova gestão política, orçamentária e financeira. Assim, em fase final de mandato, cabe ao chefe de Poder e/ou do mandato das autoridades descritas no art. 20 da LRF deixar as contas equilibradas para a nova equipe de governo, com os níveis de gastos com pessoal e endividamento sob controle e que as despesas realizadas ao final de mandato tenham sido quitadas ou que haja disponibilidade financeira para tanto. Nesse sentido insere-se o parágrafo único do artigo 21 da LRF, que estabelece ser “nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20”. Essa regra visa coibir a prática de atos de favorecimento relacionados à despesa com pessoal, mediante contratações, nomeações, atribuição de vantagens etc., em final de mandato, no sentido de evitar o crescimento das despesas com pessoal, o comprometimento dos orçamentos futuros e a inviabilização das novas gestões de todos os poderes e órgãos relacionados no art. 20.

Deve-se ater que a proibição não se refere ao aumento de despesa, mas à prática do ato que resulte aumento. Dessa forma, mesmo que a despesa não ocorra no período dos 180 dias que antecedem o término do mandato e venha a se realizar na gestão futura, o ato que a originou, se editado nesse período, é que deverá ser considerado nulo conforme o comando do parágrafo único do artigo 21 da LRF. Na definição dos atos que poderiam ser considerados nulos, deve-se levar em conta que as regras estabelecidas na LRF têm como objetivo a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, não haveria nulidade para os atos já previstos na lei orçamentária anual e na lei de diretrizes orçamentárias, em período anterior aos 180 dias finais do mandato, visto que a lei orçamentária é aprovada considerando o equilíbrio fiscal.

Portanto, para dar cumprimento ao parágrafo único do artigo 21 da LRF, atos de investidura praticados ou vantagens pecuniárias outorgadas, que venham a resultar aumento da despesa com pessoal, só devem ser realizados no período de 180 dias final do mandato caso tenham sido previstos inicialmente na Lei

Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em data anterior a esse período. Por fim, deve-se observar também o comando previstos no inciso V do art. 73 da Lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997, o qual veda a nomeação, a contratação ou qualquer forma de admissão, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvada a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.

2.2.5 Avaliação do Percentual de Despesa com Pessoal

Ano	Apurado	Limite Máximo	Limite Prudencial
Poder Executivo	22,2	40,9	38,9
Poder Legislativo	1,2	2,5	2,4
Poder Judiciário	3,0	6,0	5,7
Ministério Público	0,4	0,6	0,57
Total	26,7	50,0	47,5

A Lei de Responsabilidade Fiscal definiu os limites dos gastos com despesa pública, no que diz respeito ao grupo despesas com pessoal, no intuito de preservar futuras administrações, no escopo de construir um Estado com contas harmoniosas, de forma que são definidos percentualmente, os limites gastos por esfera governamentais e poderes, usando a receita corrente líquida como base de cálculo.

Essa sobre determinação do limite legal da despesa de pessoal é denominada de limite prudencial. O cálculo do limite prudencial deve ser feito para cada tipo de poder.

Deve-se ter em conta que o descumprimento do limite prudencial indica uma situação irregular e pode dar lugar às sanções. Nos relatórios de gestão fiscal, há um demonstrativo específico para as despesas com pessoal no qual são registrados os dados e indicadores referidos anteriormente. Portanto, o relatório de gestão fiscal exige que cada ente federativo (ou poder correspondente) calcule e registre os valores de despesas que correspondem ao limite máximo e prudencial. Para que o objetivo geral da pesquisa fosse atingido, foi necessário o alcance dos seguintes objetivos específicos: investigar o total usado com despesa de pessoal na receita corrente líquida do município, analisar os demonstrativos gastos conforme os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e verificar o cumprimento dos limites impostos pela Lei nº 101/00.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esse estudo, foi caracterizado como uma pesquisa descritiva e explicativa. Buscou-se através de um estudo descritivo, analisar a evolução da despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2018, analisar e apresentar se os limites exigidos pela LRF estão sendo cumpridos no município de Anápolis-Go. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Machado (apud TRIVIÑOS, 1987) relata que a pesquisa descritiva permite empregar várias formas de estudos, tais como estudos descritivos, estudos de casos, análise documental, estudos causais comparativos, dentre outros. O procedimento adotado na pesquisa resulta em estudo de caso, tendo-se em vista uma situação específica que será trabalhada no Município de Anápolis – Go, com a coleta de informação em relatórios contábeis, como o RREO e o RGF, disponíveis no site da Prefeitura Municipal.

Desta forma, através dos resultados obtidos, serão demonstrados os percentuais alcançados, considerados sobre a RCL. O estudo de caso, segundo Gil (2009), pode ser considerado o mais completo dentre todos os outros, pois se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. Segundo Yin (2001), é um estudo aprofundado de um fenômeno, na medida em que ele se desenvolve. Também, quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2009), é desenvolvida mediante material já elaborado e publicado principalmente dissertações, monografias, artigos eletrônicos, livros, revistas e internet. Como pesquisa documental foram utilizados relatórios contábeis, como o RREO e o RGF, do Município, do ano compreendidos de 2018, com consultas disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Anápolis-Go.

Quanto à abordagem do problema, a referida pesquisa teve caráter quantitativo, através do emprego de cálculos estatísticos, com uso de percentuais, tanto na obtenção quanto no tratamento dos dados.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Classifica-se esta pesquisa como exploratória e como descritiva, no que tange à tipologia. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa se enquadra como bibliográfica e documental e, quanto à abordagem do problema, se classifica como qualitativa e quantitativa. Para este trabalho, a coleta de dados foi efetuada a partir dos relatórios publicados pela Prefeitura de Anápolis-Go. Através do Relatório de Gestão Fiscal e dos demais demonstrativos apresentados pela Prefeitura, no site <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/>, através do painel da transparência em prestação de contas.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *lócus* do estudo

Conforme Andrade (1997) uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc.

De acordo com a autora, não existem regras fixas para a realização de pesquisas bibliográficas, mas algumas tarefas que a experiência demonstra serem importantes. Dessa forma, seguiu-se o seguinte roteiro de trabalho:

A- Exploração das fontes bibliográficas: livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisa entre outros, que contêm não só informação sobre determinados temas, mas indicações de outras fontes de pesquisa;

B- Leitura do material: conduzida de forma seletiva, retendo as partes essenciais para o desenvolvimento do estudo;

C- Tele matizada, porque foram feitas consulta fia internet e intranet para buscar mais dados;

D- Bibliográfica porque para fundamentação teórica do trabalho foi realizado um estudo sobre as mudanças nas políticas públicas e seu efeito na Lei de Responsabilidade Fiscal;

O cuidado aqui observado diz respeito ao posicionamento neutro em relação ao problema pesquisado. A metodologia utilizada nesse trabalho foi a pesquisa bibliográfica pois a mesma oferece meios que auxiliam na resolução e definição dos problemas.

3.3 População e amostra

Na presente investigação, define-se como população o universo de pessoas que trabalham na prefeitura municipal de Anápolis-Go. Mais especificamente, os funcionários públicos da prefeitura de Anápolis-Go. foi utilizada, nesta pesquisa, análise de dados coletados no portal da transparência da própria prefeitura, sobre os gastos com pessoal da mesma. E é justamente ao processo de colher amostras que se dá o nome de amostragem. "A ideia básica de amostragem está em que, a coleta de dados em alguns elementos da população e sua análise pode proporcionar relevantes informações de toda a população." (MATTAR, 2005, p. 264).

JOSE MILTON FERREIRA DE SOUSA
CPF: 069.220.901-87
CONTADOR

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RECEITAS E DESPESAS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	485.945.330,96	50,98
Limite Prudencial (Inciso, art. 22 da LRF) - 51,30%	514.744.389,79	54,00
	489.007.170,30	51,30
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	118.001.897,35	9,15
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	1.143.876.421,75	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	152.516.856,23	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	66.726.124,60	7,00
RESTO A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos Respectivos	30.116.212,10	75.611.700,24

FONTE: Sistema Integrado Municipal, Secretaria Municipal da Fazenda, 30/01/2019, 15:30

GERALDO LINO RIBEIRO
CPF: 246.849.291-91
Gestor do Poder Executivo

ALAINÉ ALVES VALIM
CPF: 426.641.101-44
CONTROLADORA

JOSEMILTON F. DE SOUSA
CRC/GO 012530/0-7
CONTADOR

Neste demonstrativo, verifica-se que a despesa bruta com pessoal de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$ 638.686.408,35. Deste valor, são deduzidas algumas despesas, que pelo art.19, parágrafo 1 da LRF, referem-se as despesas com Indenizações por incentivos de demissão voluntária e despesas de exercícios anteriores (R\$152.753.383,11). Dessa maneira o valor a ser considerado para o cálculo do índice com despesas de pessoal é de R\$ 485.945.330,96. O cálculo do índice é realizado sobre o valor da Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses, que no caso é de R\$ 953.230.351,46. Sendo assim, (Despesas com Pessoal/ RCL * 100), as despesas com pessoal no Município de Anápolis-Go no exercício de 2018, obteve-se um índice de 50,98%, o que significa estar em conformidade com a Lei, na qual determina que o máximo que o Município pode gastar em despesas com pessoal é de 54%.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que mesmo com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, os gestores aplicam recursos mínimos exigidos por lei em áreas de fundamental importância para a sociedade, os gastos com pessoal e despesas correntes necessários à manutenção da máquina pública têm consumido a maioria dos recursos, ficando poucos recursos necessários para investimentos em infraestrutura e novos projetos que resultariam em melhorias ao município e para toda sua população. A Lei de Responsabilidade Fiscal é a base para todas as entidades públicas. Ela controla e indica normas a serem seguidas pelos gestores públicos para benefício de toda sociedade, tendo como principal objetivo a ser seguido um planejamento duradouro de longo prazo, onde não há espaço para projetos ocasionais e oportunistas, visando um processo eleitoral de políticos mal-intencionados e sem compromisso com o futuro da sociedade.

O Município cumpre a legislação no que refere as normas vigentes, suas publicações e divulgações de atos e fatos administrativos, relatórios de gestão fiscal, audiências públicas conforme artigo 54, § 4º do art. 9º da LRF respectivamente, estão tendo ampla divulgação em jornais, Internet por meio do site do município e por meio de audiências públicas realizadas com a população do município, informando e divulgando todos os atos do poder executivo.

Dado o exposto, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Município de Anápolis-Go no Exercício de 2018, denota plena conformidade com os dispositivos legais, tanto no que se referem às publicações, quanto aos valores e índices previamente estabelecidos e de fato legalmente alcançados. Dessa forma também, o Relatório de Gestão Fiscal do Município de Anápolis-Go no Exercício de 2018, composto por dados totalmente fidedignos, publicados dentro dos prazos os quais determinam a LRF, estão em total consonância com os dispositivos legais. Os índices e valores apresentados nos demonstrativos que compõem este Relatório conclui-se que o Município está de fato cumprindo o disposto nos artigos 52 a 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme já mencionados na Fundamentação Teórica deste estudo. Para futuros trabalhos relacionados ao tema tratado neste estudo, recomenda-se a análise dos controles implementados no decorrer de todos

os anos, e não só em um ano do mandato do Prefeito, assegurando, assim, a solidez dos órgãos estatais. Recomenda-se, também, a análise da dívida flutuante, em especial a questão relacionada a restos a pagar de outras esferas governamentais. Por fim, cabe agradecer a todos que forneceram informações relevantes para realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ANGELICO, João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. Lei 4.320 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm> Acesso em 22 janeiro 2019.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1-32. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios: relatório de gestão fiscal/ Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. – 3. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2010

COCHRANE. Teresinha Maria Cavalcanti. MOREIRA, Stenio da Silva. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **A importância do controle interno na Administração Pública brasileira e a contribuição da contabilidade como principal instrumentos de controle na busca da eficiência da gestão pública**. In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 2003, Gramado. Disponível em <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t22.pdf>>. Acesso em: 18 abril. 2019.

CRUZ, Flávio da. Comentários à lei nº 4.320. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, Flavio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988.

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício; NÓBREGA Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal para concursos**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

FURTADO, Luiz Roberto Fortes. **Um novo conceito em análise de obras públicas com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Palestra proferida na SEAERJ. Rio de Janeiro, set. 2002.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A. **Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos**. Revista de Administração Contemporânea. vol. 15, n. 3, p. 513-537, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/multimidia/noticias/ver/naomeros-atestam-gestapo-responsaivel-em-2017>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/592968/MDF+8a.+Edi%C3%A7%C3%A3o++vers%C3%A3o+18-06-18/6b4b8423-26c3-473b-a8ad-b2fb10ad53eb>

<http://www.transparencia.anapolis.go.gov.br/transparencia/index.jsf>

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicom/2000/leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-pl.html>>. Acesso em: 04 abril 2019.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **O Processo de Ordenamento Fiscal no Brasil na década de 1990 e a Lei de responsabilidade Fiscal.** Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univeridade de São Paulo. 2005.

LIMA, Ruy Cirne. **Princípios do Direito Administrativo.** 7 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007, PP. 39-40.

MARQUES, Marcelo. **Administração Pública: uma abordagem prática.** Rio de Janeiro: Ferreira, 2008

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 34 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar 101/2000. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** 2 ed. Ministério da Fazenda, Brasília, 2002.

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade municipal – Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Livro Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

RELATÓRIO de gestão fiscal: período de referência: janeiro a dezembro de 2015. Disponível em:. Acesso em: 20 jan. 2019.

RESTON, J. **O Município para candidatos.** 4. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

